

DESTAQUES DE BRASÍLIA

- Plano de Governo de Bolsonaro conta com Auxílio Brasil de R\$ 600 e isenção do IR para quem ganha até 5 salários mínimos
- Passeatas e manifestações em todos os estados se somam a leitura dos manifestos pela democracia em SP hoje (11)
- Equipe econômica estuda a criação de um sistema de metas para dívida pública com uma banda de tolerância
- Supremo aprova reajuste de 18% para ministros e servidores do Judiciário
- PGE vai ao TSE contra Bolsonaro por fala a embaixadores

Plano de Governo de Bolsonaro conta com Auxílio Brasil de R\$ 600 e isenção do IR para quem ganha até 5 salários mínimos

O Partido Liberal registrou na terça-feira (09) a candidatura do presidente Jair Bolsonaro (PL) no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), e também já lançou o seu [plano definitivo de governo](#). **(Confira a página do Bolsonaro no TSE [aqui](#))**

O plano tem 48 páginas e é dividido em 3 partes: **Valores e Princípios Centrais do Plano de Governo; Fundamentação Estratégica; e Plano de Governo.**

Uma das pautas prioritárias é manter o **Auxílio Brasil em R\$ 600**, programa social que o governo tem usado de forma estratégica para melhorar o desempenho entre os mais pobres, público mais favorável ao petista.

Além disso, defende a **isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 salários mínimos**. Cita também pautas específicas voltadas para o eleitorado bolsonarista, como o **acesso às armas de fogo** como contribuinte para a “política de segurança pública” e para a “pacificação social”. ([Poder360](#))

Passeatas e manifestações em todos os estados se somam a leitura dos manifestos pela democracia em SP hoje (11)

Na manhã desta quinta (11), serão lidos **dois manifestos que alertam para os riscos ao Estado Democrático de Direito**. A sociedade civil está representada pelas mais de **870 mil assinaturas do texto "Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito"**. O empresariado, no manifesto **"Em defesa da democracia e da Justiça"**, assinado por **107 entidades coordenadas pela Fiesp** (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). São textos cautelosos, visando driblar a radicalização política do período eleitoral até a eleição de outubro e não citam nomes.

Manifestações estão marcadas em todos os 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal. Somente na cidade de São Paulo, ao menos três passeatas estão previstas ao longo do dia. ([Folha](#))

Equipe econômica estuda a criação de um sistema de metas para dívida pública com uma banda de tolerância

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou à CNN que sua equipe estuda a **criação de um sistema de metas para a dívida pública**. Segundo ele, trata-se de uma forma de robustecer o arcabouço fiscal do país.

O chefe da equipe econômica nega que a intenção seja acabar com a regra do teto de gastos. Ele diz que o plano é **acrescentar à legislação outros instrumentos de controle**. **O projeto em estudo estabelecerá uma meta para a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB), incluindo uma banda de tolerância**, aos moldes do que já é feito com o sistema de metas de inflação do país.

Integrantes da economia acreditam que o ideal seria uma **meta ao redor de 60% para relação dívida/PIB, com uma banda de tolerância de dez pontos percentuais para mais ou para menos**. Hoje a dívida pública representa 78,2% do PIB do país. ([CNN](#))

Supremo aprova reajuste de 18% para ministros e servidores do Judiciário

O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, por unanimidade, proposta de reajuste de 18% para ministros e servidores do Poder Judiciário. **O projeto de lei será encaminhado ao Congresso Nacional. Se passar pelo crivo dos parlamentares, os salários dos magistrados vão subir de R\$ 39,2 mil para R\$ 46,3 mil até 2024**.

Para o próximo ano, o impacto estimado nos salários dos ministros é de R\$ 981,2 mil. Para os servidores do STF, a previsão é de R\$ 26,3 milhões. Os cálculos já consideram as verbas previdenciárias e estão incluídos no orçamento geral da Corte para 2023, que é de R\$ 850 milhões. O último aumento para os magistrados ocorreu em 2018 e, para os servidores, em 2016.

O projeto prevê uma implementação escalonada do aumento: se aprovado pelo Legislativo, **serão quatro parcelas sucessivas e não cumulativas, entre abril de 2023 e julho de 2024**. A depender das articulações com o governo federal, os parlamentares também podem diminuir o percentual sugerido ou até mesmo ignorar a matéria. ([Valor](#))

PGE vai ao TSE contra Bolsonaro por fala a embaixadores

O vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gustavo Gonet Branco, mandou ontem (10) uma representação ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) devido às declarações sobre o sistema eletrônico de votação durante uma reunião com embaixadores realizada em 18 de julho.

Gonet solicitou que canais de comunicação tenham que excluir o vídeo da reunião. Também pediu que Bolsonaro seja multado por propaganda antecipada. O valor pode variar de R\$ 5.000 a R\$ 25.0000. Segundo ele, as declarações de Bolsonaro configuram propaganda antecipada porque o presidente sugeriu que resultados diferentes de sua vitória supostamente apontariam a ocorrência de fraude nas eleições. ([Poder360](#))

As informações contidas neste material têm caráter meramente informativo, não constitui e nem deve ser interpretado como solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro, investimento, sugestão de alocação ou adoção de estratégias por parte dos destinatários. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamento da Órama Investimentos, incluindo agentes autônomos e clientes, podendo também ser divulgado no site e/ou em outros meios de comunicação da Órama. Fica proibida sua reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Órama.